ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17901

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A INSERÇÃO DESIGUAL DO CERRADO GOIANO ÀS REDES GLOBAIS EXTRATIVAS

The territorialization of agribusiness and the unequal insertion of the Goiás Cerrado into global extractive networks

La territorialización del agronegocio y la inserción desigual del Cerrado de Goiás en las redes extractivas mundiales

EDUARDO FERRAZ FRANCO
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), UEG, Cora Coralina

RICARDO ASSIS GONÇALVES
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), UEG, Cora Coralina

Resumo: A pesquisa realizada neste artigo interpreta a geografia e a história dos conceitos de *agribusiness*, revolução verde e modernização conservadora como ideias e estratégias políticas e ideológicas gestadas a partir dos centros de decisões econômicas do norte global. Demonstra, assim, como elas fundamentaram as bases da territorialização do agronegócio em territórios do sul global, como o Cerrado goiano, transformados em fronteira do capital extrativo e exportador de *commodities*. O desenvolvimento da pesquisa contou com pesquisa bibliográfica e levantamento de dados e informações disponibilizados em fontes como o ComexStat e Instituto Mauro Borges (IMB). Considera-se que as experiências de orientação de pesquisas, trabalhos de campo e atuação em projetos no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), contribuíram com os resultados sistematizados no decorrer do texto. Os resultados demonstram que a inserção desigual do Cerrado goiano às redes extrativas globais tem relação com a exportação de produtos primários como a soja. Isso ilustra, ainda, que o modelo da economia agroexportadora representado pelo agronegócio não modifica a participação histórica de Goiás na divisão internacional do trabalho. Mantém-se a condição dependente da economia exportadora de produtos primários e semielaborados que caracteriza territórios situados nas periferias extrativas do sul global.

Palavras-Chave: *Agribusiness*. Revolução verde. Modernização conservadora. Cerrado. Goiás.

Abstract: The research carried out in this article interprets the geography and history of the concepts of agribusiness, green revolution and conservative modernization as political and ideological ideas and strategies generated from the economic decision-making centers of the global north. It thus demonstrates how they laid the foundations for the territorialization of agribusiness in territories of the global south such as the Cerrado of Goiás, transformed into a frontier for extractive capital and exporting commodities. The development of the research included bibliographical research and collection of data and information available in sources such as ComexStat and Instituto Mauro Borges (IMB). It is considered that the experiences of research guidance, fieldwork and work on projects in the Postgraduate Program in Geography (PPGEO), at the State University of Goiás (UEG), contributed to the results systematized throughout the text. The results demonstrate that the unequal insertion of the Goiás Cerrado into global extractive networks is related to the export of primary products such as soy. This further illustrates that the agro-export economy model represented by agribusiness does not change the historical participation of Goiás in the international division of labor. The dependent condition of the export economy of primary and semi-processed products that characterizes territories located in the extractive peripheries of the global south remains.

Keywords: Agribusiness. Green revolution. Conservative modernization. Cerrado. Goiás.

Resumen: La investigación realizada en este artículo interpreta la geografía y la historia de los conceptos de *agribusiness*, revolución verde y modernización conservadora como ideas y estrategias políticas e ideológicas gestadas desde los centros de toma de decisiones económicas del norte global. Demuestra, por lo tanto, cómo sentaron las bases de la territorialización del agronegocio en territorios del sur global, como el Cerrado de Goiás, transformados en frontera para el capital extractivo y exportador de *commodities*. El desarrollo de la investigación incluyó la búsqueda bibliográfica y la recopilación de datos e información disponible en fuentes como ComexStat y el Instituto Mauro Borges (IMB). Se

considera que las experiencias de orientación de investigaciones, trabajos de campo y actuación en proyectos en el Programa de Posgrado en Geografía (PPGEO), de la Universidade Estadual de Goiás (UEG), contribuyeron para los resultados sistematizados a lo largo del texto. Los resultados demuestran que la inserción desigual del Cerrado de Goiás en las redes extractivas mundiales está relacionada con la exportación de productos primarios como la soja. Esto ilustra, aun, que el modelo de economía agroexportadora representado por el agronegocio no modifica la participación histórica de Goiás en la división internacional del trabajo. Persiste la condición dependiente de la economía exportadora de productos primarios y semielaborados que caracteriza a los territorios ubicados en las periferias extractivas del sur global.

Palabras clave: *Agribusiness*. Revolución verde. Modernización conservadora. Cerrado. Goiás.

INTRODUÇÃO

As decisões políticas oriundas de atores econômicos de países que se impuseram como imperialistas, em um sistema-mundo de desigual divisão internacional do trabalho, materializam a mundialização do capital dependente da exploração de territórios no sul global. Essa desigualdade produz hierarquias entre populações, privilegiando algumas e expondo outras a situações de injustiças e sofrimentos ambientais (Souza, 2019). Goiás, no Centro-Oeste do Brasil, recebe em seu território os impactos do modelo econômico extrativista predatório. No território do Cerrado goiano, nas distintas regiões do estado, materializaram-se capitais fixos especializados na extração de produção primária, seja do tipo agrícola, pecuário ou mineral, bem como na logística para os destinos de exportação de *commodities*.

Goiás se mantém vinculado às variações e aos humores do mercado de exportação das *commodities*. Desde a primeira fase de formação socioespacial no século XVIII, o Cerrado goiano segue sendo um território de minérios, de boi e dos grãos, que, modernamente, passaram a ser chamados *commodities* que abastecem o mercado internacional (Gonçalves, 2016; Chaveiro, 2019). Na divisão territorial internacional e nacional do trabalho, coube a Goiás o papel de fraturar o Cerrado, alterar suas culturas, seus solos e sua demografia; degradar suas águas para produzir matéria-prima de alimentos e produtos processados nos países ricos ou nas regiões industrializadas.

Desde a segunda metade do século XX, economistas e empresários norte-americanos passaram a defender uma visão sistêmica da agricultura. Para isso, consideraram uma gestão agrícola voltada para a integração com a produção industrial a montante e a jusante da fazenda, no processo de produção e escoamento dos produtos, como fator de aumento de receitas oriundas do setor agrícola. Inicia-se aí, nos idos de 1955, em Harvard, a história do conceito *agribusiness*. A tese da otimização da agricultura a partir da aplicação das inovações tecnológicas fomentou discussões e narrativas a respeito de uma solução para o problema mundial da fome a partir do desenvolvimento tecnológico.

Atrelada à ideia de uma visão sistêmica da agricultura, difundiu-se, como uma justificativa ética para a sua implementação em massa, o conceito de “Revolução Verde”.

Em contraposição à “Revolução Vermelha” dos soviéticos, empresários e intelectuais norte-americanos e de outros países do norte global promoveram o aumento da produtividade de alimentos nos países pobres sob a sua influência. O aumento da produtividade se deu com a implementação de tecnologia oriunda da indústria automobilística e de guerra. Na prática, a “Revolução Verde” promoveu a degradação ambiental, social e econômica (Delgado, 2005).

No Brasil, essa suposta revolução foi implementada, no contexto da ditadura militar, em acordo com as oligarquias tradicionais de cada região, de modo que a estrutura fundiária, concentrada e desigual se mantivesse, e os grandes proprietários de beneficiassem. A esse processo denomina-se “Modernização Conservadora” (Guimarães, 1977; Delgado, 2005).

O sociólogo Jessé Souza (2020), em seu livro *A guerra contra o Brasil*, revela como as ideologias, fabricadas pelos intelectuais influentes, são naturalizadas e passam a povoar o imaginário e a tomada de decisões das pessoas. O que é difundido “nos jornais, na televisão, nas universidades, nos tribunais e nos parlamentos”, de acordo com Souza (2020, p. 40), nada mais é que a reprodução simplificada do que intelectuais influentes produziram. Por isso, continua o sociólogo, “conhecer esses argumentos ‘intelectuais’, nos seus meandros com os interesses dominantes”, é compreender o real funcionamento do mundo. Na vida cotidiana, as ideias que circulam parecem não possuir autoria, “são tão naturais como ter duas pernas e dois olhos”. Fazer a genealogia dessas ideias “é o mesmo que recuperar o sentido mais profundo de nossas ações e avaliações no mundo” (Souza, 2020, p. 40).

A pesquisa realizada neste artigo interpreta a geografia e a história dos conceitos de *agribusiness*, revolução verde e modernização conservadora como ideias e estratégias ideológicas gestadas a partir dos centros de decisões econômicas do norte global. Demonstra, assim, como eles fundamentaram as bases da territorialização do agronegócio em territórios do sul global como o Cerrado goiano, transformado em fronteira do capital extrativo e exportador de *commodities*. Consequentemente, demonstra-se que uma das implicações territoriais e econômicas da territorialização do agronegócio no Cerrado goiano é sua inserção desigual às redes globais extrativas (Milanez et.al, 2018).

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está divido em três seções. A primeira parte evidencia como as noções de agribusiness, agronegócio e agro representam a territorialização do modelo econômico extrativista predatório em grande escala no Cerrado goiano. A segunda parte aborda a noção de revolução verde como estratégia do capital internacional em implementar a modernização técnica e tecnológica em territórios do sul global como o Cerrado em Goiás, que foi transformado e fraturado pela economia do agronegócio. A terceira seção problematiza a noção de modernização conservadora da agricultura e o cercamento dos territórios cerradeiros para expansão das monoculturas de grãos, em especial a soja. Finalmente, acredita-se que os resultados apresentados neste artigo contribuem com a pesquisa geográfica crítica do modelo econômico extrativista predatório que apropria o Cerrado em Goiás e ameaça sua sociobiodiversidade.

Agribusiness, agronegócio e agro: a construção da hegemonia predatória no Cerrado

O termo *agribusiness* apareceu na esfera pública a partir do ano de 1955. O conceito foi gestado com base em uma cátedra na Universidade de Harvard, que em 1952 originou o programa *Moffett* em agricultura e negócio. O objetivo primordial do programa era possibilitar aos estudantes um entendimento sistêmico, no que diz respeito à gestão da agricultura e a sua relação com atividades secundárias e terciárias. Para atingir esse propósito o programa se dedicava a empreender pesquisas para qualificação nessas relações entre os três setores (Pompeia, 2021).

A tese de Mendonça (2013), defendida na Universidade de São Paulo (USP), reconstrói a história e a geografia do conceito de agronegócio. A autora remonta ao conceito de *agribusiness*, desenvolvido pelos economistas Davis e Goldberg, em Harvard, na década de 1950. Mendonça desvela as ligações políticas desses intelectuais, vinculados ao Ministério da Agricultura norte-americana e financiados por empresas como as fundações Ford e Rockefeller. O conceito está fundado nos pressupostos da neutralidade política, ocultando o teor ideológico presente nas pesquisas científicas; e de progresso atrelado ao desenvolvimento tecnológico, como se houvesse etapas fixas de evolução que caberia ao ser humano percorrer. Pressupõe-se que tudo é fatal, inevitável, linear e tenderia a uma harmonização final (Mendonça, 2013; Pompeia, 2021).

Segundo Pompeia (2021), o economista Donald K. Davis foi um dos pioneiros na conceituação do *agribusiness*. Davis assumiu a direção do programa *Moffett* com um discurso em defesa da liberalização na agricultura. Sua defesa era a de que devia haver menor dependência dos produtores em relação ao Estado. A iniciativa privada deveria ser potencializada para reequilibrar a oferta e a demanda no setor.

Davis (1955), de acordo com Pompeia (2021), define o *agribusiness* como a soma das operações realizadas na propriedade rural, somadas à confecção e distribuição dos insumos para produção agrícola, providos por setores da indústria, comércio e serviço. Somam-se, ainda, as operações relacionadas à manipulação, ao estoque, ao processamento e à distribuição das *commodities* agrícolas. Para Davis (1955, p. 5), em suma, "*agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras".

No Brasil, de acordo com Pompeia (2021), a noção de *agribusiness* começou a ser ventilada entre as décadas de 1950 e 1960, sendo, a princípio, uma ideia discutida nos ambientes das entidades controladas pela agricultura patronal. A partir de 1967, no contexto da ditadura militar, quando o governo Costa e Silva lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), a noção de *agribusiness* passou a ser reivindicada com maior frequência no Brasil. O termo foi difundido principalmente pelo governo, entidades privadas e universidades norte-americanas (Pompeia, 2021).

Segundo Mendonça (2013), a partir de iniciativas como a *Latin American Agribusiness Development Corporation* (Laad), empresa que unia o governo norte-americano e corporações privadas do *agribusiness*, fomentou-se a penetração de multinacionais sediadas

nos Estados Unidos e a formação de monopólios controlados por essas corporações na América Latina. Também se financiou a formação de pesquisadores latino-americanos em instituições norte-americanas difusoras do conceito *agribusiness* e da ideia da revolução verde. Dessa forma, as instituições acadêmicas brasileiras começaram a reverberar o conceito de *agribusiness*, que esteve a princípio vinculado ao conceito de complexos agroindustriais, que disseminavam a ideia de que a agricultura precisava se integrar à indústria e se modernizar. No período da ditadura militar, em especial no governo Geisel (1974-1979), o vínculo da política agrícola brasileira com as Fundações *Ford* e *Rockefeller* e com o governo norte-americano tornou-se efetivo.

Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro passou a fornecer créditos e subsídios, financiados por instituições que representavam os interesses dos Estados Unidos, como o Banco Mundial, processo que gerou a dívida externa brasileira. Os meios de comunicação também tiveram importante papel nesse processo, difundindo novos hábitos alimentares, baseados em produtos industrializados, bem como na promoção do discurso de eficiência e produtividade da agricultura operacionalizada com o pacote tecnológico fornecido por empresas transnacionais (Delgado, 2005; Mendonça, 2013; Pompeia, 2021).

Na academia, o conceito de *agribusiness* foi inserido no contexto brasileiro por Lauschner, em doutorado defendido no Chile, e por Passos Guimarães, em meados da década de 1970 (Mendonça, 2013; Pompeia, 2021). Ambos citaram Davis e a ideia de *agribusiness* para caracterizar o sistema de integração técnico-produtivo que, no Brasil, constituiria o que eles chamaram de Complexo Agroindustrial (CAI). Tal complexo se daria pela consideração dos dois conjuntos de indústrias, a montante e a jusante da produção agrícola, somados com a própria agricultura. A noção de complexo agroindustrial não era uma novidade no Brasil. A inovação foi a vinculação de tal noção com a intersetorialidade ligada ao conceito de *agribusiness* e a sua carga histórica, como a defesa da liberalização da agricultura, presente nesse conceito desde a sua criação.

A partir da associação do conceito de CAI com o de *agribusiness*, a primeira noção passou a ser, paulatinamente, adotada por intelectuais como uma ferramenta para a análise da relação, então em ascensão, entre a agropecuária e os setores especializados secundário e terciário. De acordo com Pompeia (2021), a noção de CAI desempenhou um papel imprescindível para que se tornassem perceptíveis os resultados das ações dos governos militares no sentido de aprimorar as relações entre a agropecuária e as funções a montante e a jusante, resultados obtidos, em especial, pela política de crédito rural subsidiado.

Em meados da década de 1980 a política de crédito rural subsidiado foi sendo gradualmente desmontada, e a partir de então começaram a surgir críticas ao *agribusiness* na mídia brasileira. Com a diminuição dos subsídios governamentais aos CAIs, agravam-se conflitos por acesso ao crédito. Nesse período, a assessoria da empresa Agroceres começou a desempenhar um papel ativo na difusão acadêmica, política e midiática da noção de *agribusiness*. Para os assessores da empresa, a noção de CAI havia se tornado uma unidade de análise fundamentalmente acadêmica. Além disso, tal conceito não fazia muito sentido para o grupo da Agroceres, que estava voltado para

uma análise crítica da "subordinação da agricultura às indústrias a montante e a jusante" (Pompeia, 2021, p. 120).

Os teóricos da Agroceres investiram na grandiosidade do *agribusiness* enquanto uma noção agregada da receita de todos os setores envolvidos. Apresentando números muito superiores aos da agricultura tomada separadamente, a Agroceres visava legitimidade diante da opinião pública, tanto para si, enquanto corporação, como para o campo político que representava os seus interesses. Os vultosos montantes em receita movimentados pelo *agribusiness* enquanto sistema serviam de potencial de convencimento e de pressão sobre o governo (Mendonça, 2013; Pompeia, 2021).

O artifício de divulgar os números sobre a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) a partir do agrupamento de todos os setores relacionados se constituiu, anos mais tarde, em um dos principais elementos para a conquista de legitimidade e influência política dos atores da categoria (Mendonça, 2013; Pompeia, 2021). O anúncio dos números de participação dos setores relacionados ao *agribusiness* no PIB era publicado a partir do pressuposto ideológico de que os altos índices de receita implicariam em bem comum, como se aquela riqueza beneficiasse toda a população e o país. Os números exorbitantes superariam todos os problemas e inconvenientes decorrentes da implementação do *agribusiness* em um território. Essa estratégia discursiva permanece, como demonstrado por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p. 2), "com o objetivo de conquistar o consenso na sociedade brasileira de que o setor da economia recentemente intitulado de Agro é que assegura a economia nacional, sendo ele a 'riqueza do Brasil'".

De acordo com Silva (2021), em um trabalho de pesquisa que revela o processo de cercamento do campesinato goiano pelo agronegócio composto por monopólios corporativos dependentes da transformação de bens comuns naturais em *commodities*, a espacialização do *agribusiness* em um território, como no caso do Cerrado goiano, se dá a partir da imposição de um universo de sentido (Silva, 2021). Há, de acordo com esse geógrafo, uma recriação de significados, segundo a qual os resultados e efeitos do modelo extrativo predatório do Cerrado são atenuados. Os agrotóxicos, por exemplo, passam a ser considerados pela mídia como defensivos, ou até remédios. Através das estratégias publicitárias a subjetividade dos sujeitos sociais é condicionada, gerando o que o geógrafo define como conceito de monocultura mental (Shiva, 2003), que inculca a compreensão de que não há possibilidade de agricultura sem a utilização de agrotóxicos.

No final da década de 1980 a categoria *agribusiness* começou a despertar o interesse de agentes financeiros. Em 1989, a Bolsa de Mercadorias e Futuros e a Ordem dos Economistas de São Paulo lançaram o prêmio *Os mercados futuros na Lei Agrícola e a Expansão do agribusiness*, para fomentar pesquisas que pudessem oferecer subsídios para a defesa do *agribusiness* na discussão da Lei Agrícola no Congresso (Pompeia, 2021). Como aprofundamento do processo de liberalização da agropecuária e a entrega da sua gestão às corporações privadas, no começo dos anos 1990, nota-se um processo deliberado de diminuição dos subsídios e do apoio estatal a esses setores.

A partir desse contexto a Agroceres optou, de acordo com Pompeia (2021), por concentrar esforços em uma estratégia de atuação em três frentes principais. Houve a

realização de um evento internacional, o lançamento de um livro e, ao mesmo tempo, fundou-se um centro de pesquisas na Universidade de São Paulo (USP). Com essas ações a Agroceres influenciou o primeiro grande salto de reconhecimento da categoria *agribusiness* no Brasil. A partir da segunda metade da década de 1990 o *agribusiness* começou a alcançar protagonismo político no país. Os agentes estatais passaram a notar os crescentes saldos comerciais da agricultura, que entre 1993 e 1995 ampliou em quatro por cento a sua participação nas exportações nacionais, atingindo a marca de 30% (Pompeia, 2021).

Segundo Mendonça (2013), na década de 1990 o neoliberalismo ganhou força no Brasil, mas a noção de Estado mínimo serviu apenas para destruir políticas de bem-estar social. A transferência de recursos públicos para as empresas do setor do agronegócio continuou a todo vapor, através do discurso de desenvolver o Cerrado e aumentar sua produtividade, para alimentar o Brasil.

Contudo, para Mendonça (2013), assim como na pesquisa realizada por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), o produto do agronegócio é a dívida. Há, para Mendonça (2013), a criação de um espetáculo para ocultar a inviabilidade do agronegócio e perpetuar a transferência de recursos públicos para o setor privado internacional. Ademais, através de jargões da revolução verde, de que o agronegócio seria eficiente e produtivo, que solucionaria o problema da fome, que atuaria para o bem comum, agravaram-se os problemas de precarização do trabalho e de concentração fundiária, heranças coloniais e de uma divisão internacional do trabalho desigual, na qual a América Latina e o Brasil estão inseridos de modo subalterno.

Até meados da década de 1990, sob influência dos assessores da Agroceres, os atores da agricultura relacionados com as indústrias a montante e a jusante das propriedades rurais eram categorizados pela palavra em inglês *agribusiness*. A palavra *agronegócio* passou a ser empregada apenas em 1997, em decorrência de um seminário para discutir as exportações de *commodities*, no qual o Ministério das Relações Exteriores (MRE), avesso aos estrangeirismos, exigiu a tradução do termo. A expressão *agronegócio* já havia aparecido na língua espanhola, em meados dos anos 1960, no México, mas foi um termo pouco usual. O termo foi publicizado pela primeira vez no Brasil pela revista *Veja*, em 1969, através do *slogan* “Soja: bom agronegócio” (Pompeia, 2021), em um comercial de um refrigerante à base de soja lançado pela Coca-Cola. Apenas na década de 1990 é que o termo *agronegócio* começou a ser associado ao *agribusiness* brasileiro.

A partir da ascensão na popularidade do agronegócio, na segunda metade da década de 1990, a categoria adentrou o século XXI em um contexto bastante favorável. A alta dos preços das principais *commodities*, iniciada em meados de 2001, fomentada pelo crescimento da demanda por tais produtos por parte da China (Wanderley, 2017), somados a um relativo esgotamento da capacidade de crescimento de produção por parte de países que tradicionalmente exportam *commodities*, como é o caso dos Estados Unidos, foram fatores que propiciaram o êxito econômico dos agentes do agronegócio no Brasil (Pompeia, 2021).

Nesse contexto de ascensão financeira, os agentes do agronegócio se colocaram no cenário político como categoria de forte influência. Através do *Plano Estratégico para o Agribusiness brasileiro, 2002/2010*, produzido pela Associação Brasileira de *Agribusiness*, a categoria tornou públicas as suas agendas de interesses, e partiu para a negociação com os agentes políticos. A relevância do poder de influência nos núcleos políticos do agronegócio se tornou mais evidente, sobretudo com a chegada de Lula à presidência da República, em 2003. A estratégia do governo frente à forte influência política dos setores do agronegócio foi promover um mandato que conciliava os interesses da agricultura patronal empresarial e os movimentos sociais de luta pela terra e por políticas públicas de fomento à produção camponesa (Pompeia, 2021).

Em um ambiente de disputa de interesses entre dois grupos em relação à estrutura fundiária nacional e ao fomento a seu uso e ocupação, uma série de confrontos passou a ser impulsionado na esfera pública. Assuntos relativos às questões agrícolas e agrárias, ambientais, indígenas e de trabalho análogo à escravidão passaram a ganhar protagonismo. Uma novidade desse período, de acordo com Pompeia (2021), foi que a categoria "agronegócio" passou a ser instrumentalizada, também, por setores progressistas. A ala conservadora perdeu o monopólio do termo e da narrativa a respeito do agronegócio.

O final dos anos 2000 foi um momento particularmente agudo para os conflitos entre os núcleos do agronegócio e o governo federal. A aplicação de sanções a casos de infrações ambientais, a perda de prestígio político do Ministério da Agricultura, o reconhecimento de territórios tradicionais, as propostas de confisco de fazendas com trabalhos análogos à escravidão, a revisão dos índices de produtividade foram aspectos de animosidade entre os agentes políticos do agronegócio e o governo federal. Na escala internacional, os países que importavam *commodities* do Brasil passaram a ampliar as exigências relacionadas ao meio ambiente. Ao mesmo tempo havia uma escalada global da procura por terras para serem utilizadas na produção de *commodities* agropecuárias e minerais (Pompeia, 2021).

Os conflitos dos representantes do agronegócio com o governo federal ocasionaram o desgaste da imagem pública da categoria. Os teóricos do agronegócio desenvolveram uma estratégia para que o setor do agronegócio passasse a ter maior aprovação na esfera pública. Para eles, era necessário substituir a palavra *agronegócio* por outro termo. A saída encontrada foi o artifício de tirar "negócio" da expressão, passando-se a tratar a categoria apenas como "agro". A palavra-chave para a publicidade do agronegócio passou a ser, a partir de então, "Agro". Com esse espírito é veiculada em diversos meios midiáticos a campanha do Movimento Sou "Agro", no ano de 2011 (Mendonça, 2013; Pompeia, 2021; Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021).

Mendonça (2013) demonstra como essas estratégias que coordenam o Estado, as academias, os meios de comunicação, a serviço do capital financeiro internacional, funcionam ainda hoje. A campanha publicitária Sou Agro, fortemente veiculada nos meios de comunicação de massa, tenta desvincular o setor da palavra *negócio*, para se descolar das imagens de exploradores, geradores de danos ambientais e privilegiados com os processos de grilagem de terras.

Nesse sentido, de acordo com Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p. 3)

> O Agro, que começa a ser utilizado como prefixo da linguagem hodierna de muitos brasileiros, faz subsumir suas adjetivações intrínsecas: o Agro (negócio) – que já foi Agribusiness – esconde sua única razão de ser que é o negócio/lucro; acoberta a Agri(cultura) apagando sua essência que é a produção de alimentos, a cultura alimentar; e desvia o olhar sobre o Agro(tóxico) ocultando as milhões de toneladas de venenos e seus impactos devastadores. O "Agro" apaga muitas coisas, restando a narrativa de sucesso, de recordes de produtividade... "a riqueza do Brasil".

A campanha resgata conceitos de Davis e Goldberg, e revive as falácias de que o agronegócio atua para o bem comum. A estratégia publicitária oculta a concentração de riquezas e a precarização da vida dos trabalhadores, consequência de uma modernização conservadora que mantém as estruturas coloniais e privilegia as oligarquias, associadas às multinacionais estrangeiras, no acesso aos investimentos públicos.

Representantes do agro tiveram, de acordo com Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) e Pompeia (2021), papel ativo no golpe que arrancou Dilma Rousseff da presidência da República, no ano de 2016. A partir de então, as nucleações dominantes do campo do agronegócio assumiram o protagonismo na agenda do país. Mesmo com o aprofundamento do pacto de economia política do Estado com os propósitos do agronegócio, ocorrido nas gestões petistas, as alianças do governo com atores progressistas que contrariavam os interesses do agro arrefeceram as relações do setor com o governo do PT. Após o golpe, o agro seria governo.

Com a mudança de conjuntura, o setor do agronegócio publicou uma nova agenda, mais ousada e com objetivos a longo prazo. A *Carta de pleitos: o futuro é agro – 2018/2030*, assinada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e pelo Conselho de Entidades do setor Agropecuário, é o projeto de um futuro agro para o Brasil. Tal projeto exigia uma personagem para defender os interesses da categoria no Poder Executivo nacional. A direita tradicional, os tucanos e o Democratas (DEM), hoje União Brasil, não decolaram, pois já estavam desacreditados pela população.

Eis que começou a ser alavancada a figura do então deputado Jair Bolsonaro. As *performances* de Bolsonaro agradavam, sobretudo, os produtores de extrema direita. Suas propostas extremistas miravam principalmente as políticas ambientais, a demarcação de terras indígenas e a reforma agrária. O meio para frear a luta pela terra por parte dos movimentos sociais seria o armamento dos proprietários de terra (Pompeia, 2021). Consequentemente, após assumir o poder, seu governo fomentou o avanço do que Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020, p. 556) denominaram neoextrativismo ultraliberal marginal, "orientado para rápida e massiva exploração dos recursos naturais para exportação, mas agora associado a políticas econômicas ultraliberais, privatistas e de desregulação, acrescentado por ações marginais do próprio Estado".

A trajetória do conceito de *agribusiness*, desde a sua concepção em Harvard, na década de 1950, até a sua territorialização no campo brasileiro, em especial no Cerrado goiano, culminando com a tomada do poder por parte dos grupos mais conservadores da categoria, entre 2019 e 2022, revela uma situação em que agentes externos ao

território asfixiam, cercam e expropriam as populações locais. O cercamento promovido pelo agronegócio ao campesinato no Cerrado em Goiás é revelador das contradições desse modelo extrativo predatório. Conforme Chaveiro, Calaça e Lima (2019, p. 79), há, assim, a constituição de uma hegemonia predatória do agronegócio no Cerrado goiano.

> A constituição de uma hegemonia predatória, no atual quadro, é instituída por meio de um modelo de desenvolvimento e de uma lógica territorial próprias, se caracterizando por alguns aspectos, como: reprimarização da economia; subvenção ao setor do agronegócio e perdão de dívidas; desconstrução de direitos indígenas e quilombolas, bem como a veiculação de um clima propício à invasão de suas terras; desregulação dos direitos dos trabalhadores; propagação da ideologia liberal conservadora; fortalecimento de bancadas conservadoras, especialmente a ruralista; ofensiva e criminalização das lideranças populares, especialmente do MST – Movimento dos Sem Terra; alteração da legislação ambiental; constituição de uma atmosfera de ameaça e de militarização social.

Autores como Silva (2021) colaboraram com a interpretação da hegemonia predatória do agronegócio no Cerrado ao demonstrar que dentre seus efeitos, as condições socioecológicas, econômicas e políticas são alteradas, já que as alianças entre latifúndios e corporações, sem comprometimento com a qualidade de vida da população local, provocam o desmatamento desenfreado, a compactação do solo, a contaminação e o esgotamento das águas, a concentração fundiária e o adoecimento de trabalhadores. Com efeito, isso sintetiza as contradições da revolução verde nos territórios apropriados no sul global, como o Cerrado em Goiás.

Revolução verde e fratura territorial do Cerrado

O conceito de “Revolução Verde” foi criado para dar nome aos ganhos de produtividade, a partir de meados do século XX, nos países considerados “em desenvolvimento”. O aumento na produtividade desses países foi resultante da inserção de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos e da mobilização da tecnologia para o aprimoramento da produção agrícola (Pompeia, 2021). A gênese dessa suposta “revolução” agrícola advém da atuação de órgãos dos Estados Unidos em países sob sua influência geopolítica. Os primeiros momentos que propiciaram a formação dessa noção remontam à década de 1940, quando a Fundação *Rockefeller* passou a fomentar o crescimento da produção de trigo no México.

Para Mendonça (2013), o conceito de *agribusiness* surge vinculado à ideia de revolução verde. A noção de revolução verde foi elaborada para se contrapor aos impactos da revolução cubana na América Latina. As bases ideológicas foram desenvolvidas através da intervenção de Norman Bourlaug no ministério da Agricultura do México. Financiado pelas fundações *Ford* e *Rockefeller*, Bourlaug comandou o processo de modificação genética das sementes de milho e trigo naquele país. Bourlaug foi premiado com um Nobel da paz por essas pesquisas. A partir dde tais intervenções começou a ser desenvolvida uma agricultura dependente de insumos químicos e industriais comercializados exclusivamente pelas corporações financiadoras do processo.

De acordo com Silva (2021), após a segunda guerra mundial houve um processo de mundialização do setor de agroquímicos. Tal movimento visou atender os interesses comerciais e industriais estadunidenses e de outras nações imperialistas que enriqueceram com o manejo de químicos na indústria da guerra. As tecnologias desenvolvidas para a guerra foram adaptadas para a agricultura. Produtos químicos utilizados na indústria da morte foram transformados em agrotóxicos. Em decorrência dessa relação entre a produção de agrotóxicos e a indústria da guerra, o mercado mundial de agrotóxicos é, desde a raiz, oligopolizado por corporações suíças, alemãs e estadunidenses. A revolução verde instaurou uma divisão geográfica internacional do trabalho. Disseminou-se, assim, uma narrativa de que a aplicação de substâncias nocivas em alguns territórios é justificável, pois, nesse comércio, parte da humanidade vale menos, sobretudo os habitantes dos países pobres.

Esta suposta revolução, que agentes dos países ricos impuseram às nações pobres, desestrutura nestes últimos a sociedade, a economia de troca simples de sociedades camponesas e a ecologia local. O conhecimento cotidiano, prático, relacionado à diversidade e ao pluralismo étnico, biológico e ambiental, tornou-se insignificante para o novo paradigma, a partir da intervenção dos agentes desse movimento. Silva (2021) demonstra que a revolução verde não foi um acontecimento pontual, restrito à segunda metade do século XX, mas um processo contínuo e que se acentuou à medida que as corporações multinacionais se infiltraram nos territórios. Para esse autor, há uma segunda revolução verde, que monopolizou o assunto da solução da fome e da subnutrição e tornou insignificantes os saberes locais. Este segundo momento se deu com a intensificação da transgenia. A aliança entre os Estados e as corporações multinacionais visa à produção mundial da natureza, controlada por essas instituições, através de sementes híbridas e transgênicas, que substituem a sociobiodiversidade das sementes crioulas.

No Brasil a aliança entre o Estado e as corporações multinacionais pode ser percebida pelas constantes aprovações de leis que possibilitam o controle da produção e gestão da produção por parte dessas corporações. A Lei n. 87, de 1996, por exemplo, denominada Lei Kandir, isentou de impostos as cooperações que se destinassem a exportar bens primários e produtos semielaborados (Silva, 2021). Sob a liderança da bancada ruralista no Congresso Nacional, respaldada pela atuação de multinacionais das sementes, sobretudo a Monsanto, em 2005, foi aprovada a Lei de Biossegurança, uma dentre um conjunto de leis que foram aprovadas para favorecer a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) na agricultura brasileira (Pompeia, 2021).

Essa série de medidas tomadas pelo Estado em aliança com as multinacionais que vendem os pacotes da revolução verde destruiu a autonomia do campesinato, tornou a produção agrícola brasileira totalmente refém das corporações internacionais. O argumento para tal retrocesso é o discurso da modernização e do desenvolvimento do campo. A partir de então, as sementes são elaboradas para se encaixar a um pacote tecnológico. Os seus consumidores são subordinados às corporações até o produto final. Silva (2021) chama atenção para o fato de que a revolução verde tem uma atuação sobretudo cultural, em que se impõe o modelo ocidental de desenvolvimento agrícola.

Por esse viés, a revolução verde é a continuidade do processo de colonialidade do saber (Lander, 2005), a que o Brasil está submetido desde a sua invenção, em 1500.

A atuação das multinacionais no sentido de ajustar as leis dos países submetidos a esse processo, para garantir a atuação dos oligopólios de *commodities* dentro dos territórios, implica que o mercado se tornou o regulador da produção e da comercialização de alimentos. As regras passaram a ser ditadas pela Organização Mundial do Comércio, e comprometem a autonomia dos subsídios e da soberania alimentar. Os preços de comercialização das *commodities* são regulados "pelas bolsas de Chicago, Londres, Nova York, BM & FBovespa e pelo grupo ABCD-ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Group, além de outras empresas mundiais" (Silva, 2021, p. 98).

Silva (2021) afirma que a suposta revolução verde impõe um imperialismo extrativo aos países pobres do sul global. Degradando os ambientes em que se territorializa, tal processo se dá em um regime de nomadismo, que imprime, nos diferentes lugares, os problemas ambientais. A privatização da gestão da extração de recursos converte assuntos ambientais em questões empresariais. A fragmentação e desconexão entre os episódios, que exime a responsabilização dos Estados pela integridade dos seus territórios, instala o capitalismo do desastre. As catástrofes localizadas não ameaçam o capitalismo, pelo contrário, alimentam a sua reconfiguração através da destruição criativa (Harvey, 2011).

Sendo assim, os argumentos do geógrafo Horieste Gomes contribuem para demonstrar que a revolução verde foi uma estratégia do capitalismo a partir do final da segunda guerra mundial.

> No final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da "Revolução Verde", financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellog e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas pós guerra. México, Índia, Filipinas, Ceilão, entre outras nações, são exemplos de cobaias nacionais-territoriais utilizadas como área de teste das novas pesquisas agroquímicas e agrotécnicas (Gomes, 2008, p. 353).

A suposta revolução verde imprimiu fraturas profundas nos territórios do Cerrado. A fratura territorial, conforme demonstrado por Gonçalves (2020), é resultado do avanço dos modelos econômicos extrativistas em grande escala, como agronegócio e mineração, que modificam paisagens, promove expropriações compulsórias, remove vegetações nativas para expansão de monoculturas, abertura de minas a céu aberto e construção de infraestruturas técnicas. A revolução verde, como estratégia do capitalismo mundial no pós-guerra, expandiu a fronteira extrativa predatória no sul global, promovendo uma agricultura sem agricultores, em que os sujeitos do campo são transformados em consumidores (Silva, 2021).

No Cerrado goiano, isso contribui para estruturar o agronegócio como resultado da modernização conservadora[1] da agricultura, que transformou o Cerrado em "mar de soja". A monocultura exportadora tornou-se hegemônica no Cerrado em Goiás, expressão da inserção desigual desse território ao que Harvey (2018) denomina "ecossistema global do capital".

Modernização conservadora da agricultura: o Cerrado vai virar mar, mar de soja

A espacialização das ideias de *agribusiness* e revolução verde, gestadas nos centros econômicos e produtores de ideologia neoliberal, se dá no Brasil e no Cerrado goiano, em especial, a partir de um embate de forças acerca da questão fundiária pós-1930. Delgado (2005) destaca que a questão da reforma agrária mobilizou discussões e ações em todos os períodos, porém o Estado atuou, desde sempre, para a manutenção do traço característico da agricultura brasileira: a desigualdade. O autor afirma que a construção teórica e política da questão agrária brasileira se deu a partir da discussão acerca da reforma agrária. Quatro foram os atores que difundiram as perspectivas teóricas fundamentais da questão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da igreja católica, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e os economistas conservadores. Com distintas posições, os três primeiros grupos defendiam a necessidade da reforma agrária, enquanto o último rivaliza com as teses da reforma agrária. Este último era um grupo formado por economistas da USP, liderados pelo professor e, posteriormente, Ministro da Fazenda, Delfim Netto.

Pompeia (2021) destaca que o embate se dava em torno da defesa de políticas agrícolas ou agrárias. A depender da opção, setores distintos da população seriam beneficiados. O autor explica que a concepção agrária se relaciona com transformações nos modos de produção. A concepção agrícola, por sua vez, preocupa-se, sobretudo, com o quanto produz. Os grupos que defendiam a questão agrária assumiam como foco de ação a valorização das populações rurais subalternas, enquanto os defensores das causas agrícolas tomavam a posição de grandes empresários.

Teóricos da questão agrária, como Caio Prado Júnior, segundo Pompeia (2021), criticavam a concentração fundiária brasileira, que produzia a miséria de milhões de habitantes das áreas rurais e criava uma superoferta de trabalho no campo, desvalorizando a mão de obra. Por isso, deveria haver uma combinação entre redistribuição fundiária e ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais. Defensor das políticas agrícolas, o economista Delfim Netto criticava a promoção de extensa distribuição fundiária, afirmando que, nas regiões de produção satisfatória, o que deveria haver era um maior apoio aos produtores, para que desenvolvessem a agricultura.

1 Pires e Ramos (2009) interpretam a origem do conceito de modernização conservadora e abordam como ele passou a ser utilizado por interpretes brasileiros, a exemplo de Alberto Passos Guimarães.

A posição dos economistas conservadores, de acordo com Delgado (2005), dominou a política a partir do apoio dos militares que deram o golpe em 1964, fato que elevou ao pensamento hegemônico brasileiro uma concepção que reproduzia o pensamento funcionalista norte-americano. A partir desses princípios, a concepção conservadora e alguns vieses reformistas viam, segundo Delgado (2005), cinco funções para a agricultura: a liberação de mão de obra para a indústria; a geração de oferta de alimentos; o suprimento de matérias-primas; a elevação das exportações; e a transferência de renda para o setor urbano. Definir se um sistema agrícola seria viável ou não dependeria de ele atender adequadamente ou não cada uma das suas funções.

As teses defendidas pelo grupo de economistas liderados por Delfim Netto corroboram em uma defesa de modernização da agricultura sem reforma agrária (Delgado, 2005), ou com incipiente reforma apenas onde a produção se mostrasse ineficiente, em relação aos critérios funcionalistas. Posta a questão: de que depende a expansão da agricultura? Os economistas conservadores responderiam que, em graus decrescentes de prioridade, da qualificação técnica da mão de obra, em primeiro lugar; da mecanização dos processos, logo a seguir; da utilização de fertilizantes; e, por último, de uma estrutura fundiária eficiente. O debate entre as concepções progressista e conservadora foi interrompido, de acordo com Pompeia (2021), em março de 1964, com o golpe militar. A partir de então, as concepções de Delfim Netto encontraram a atmosfera adequada para se tornarem políticas públicas.

Segundo Delgado (2005), o advento do regime militar (1965-1985) promoveu uma política agrícola inédita. Trata-se do aprofundamento das técnicas de produção associando esse setor à indústria e os dois setores ao mercado externo, tudo sob forte subsídio estatal. Para atingir essa organização sistêmica, submeteu-se a produção agrícola a um planejamento induzido da produção a partir das demandas externas e da adoção dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Aprofundaram-se, assim, com subvenção financeira para adoção de tais pacotes, as desigualdades e contradições no campo. Os indicadores da modernização ficaram concentrados no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, que emergia como fronteira de expansão agrícola (Delgado, 2005).

O primeiro da série de políticas agrícolas de impacto nacional foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1967. O programa planificava o aumento do fomento em crédito rural e o estímulo à adoção de insumos químicos e máquinas agrícolas, bem como a modernização dos setores de logística e comercialização. O ministro da Fazenda do presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), o economista Delfim Netto, foi protagonista no planejamento e na execução do PED (Pompeia, 2021).

Os incentivos fiscais criados pelo PED propiciaram que corporações norte-americanas e de outros países ricos transferissem suas unidades industriais para o Brasil, principalmente, aquelas relacionadas com funções a montante da agropecuária, como fertilizantes, insumos e maquinário. Houve, simultaneamente, uma abertura de capitais estrangeiros para investimentos em áreas a jusante da agropecuária, como logística, processamento e comercialização. Essas funções eram realizadas em associação com

agentes nacionais (Pompeia, 2021). Tais transformações geraram as condições adequadas para a integração entre a agricultura e a indústria relativa a ela.

Inocêncio (2010) e Chaveiro (2019) destacam as políticas públicas anteriores e posteriores ao PED que promoveram a expansão da agricultura modernizada para as áreas de Cerrado do Centro-Oeste brasileiro. O processo pode ser remontado à década de 1940 com a criação da Fundação Brasil Central, que elaborou a Marcha para Oeste, bem como a construção de estradas de ferro em localidades antes isoladas ou de difícil acesso. Dentre as iniciativas que incluíram o Cerrado no circuito financeiro, de acordo com Inocêncio (2010) e Chaveiro (2019), estão ainda o desenvolvimento do projeto de Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), além das fundações de Goiânia e Brasília.

Ainda de acordo com Inocêncio (2010) e Chaveiro (2019) merecem destaque entre as políticas públicas que possibilitaram o avanço do *agribusiness* para o Cerrado brasileiro: a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), criada em 1948; o Instituto de Pesquisas Agrícolas, Ipea, de 1960; a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), criada em 1967; a fundação da Embrapa, em 1973; do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), em 1973.

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), executado entre 1974 e 1979, é que as ações com forte presença do estado promoveram a reordenação do território do Cerrado (Pessôa, 1988; Inocêncio, 2010; Chaveiro, 2019). Nesse período foram desenvolvidas algumas ações com enfoque estratégico para o Cerrado do Brasil central. A compreensão deste contexto era a de que o Cerrado era uma área aberta para o planejamento estatal. Se deram, nesse contexto, ações vinculadas a programas como o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado.

Conforme explicitado por Inocêncio (2006, p. 3),

> Dentre as políticas e programas governamentais de ação direta sobre o Cerrado pode ser destacado o PRODECER. Este programa promoveu e promove o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias no Cerrado. É financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada (WWF, 1995). A participação japonesa no PRODECER representa os interesses internacionais nos Cerrados, como uma área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, que acaba se concretizando com a cultura da soja. Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no Cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto, através da agricultura. Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade através do capital estrangeiro aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiarão os insumos indispensáveis à modernização. Temos então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos Cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

A pesquisa de Inocêncio (2006) demonstra que com os programas de planejamento territorializados no Cerrado, a presença de atores do capitalismo internacional passa

a contribuir com a consolidação de um território voltado para fora, neste caso para a exportação em grande escala de *commodities* agrícolas. O conjunto dessas iniciativas tinha como pano de fundo o estabelecimento da agricultura como central no processo de desenvolvimento do Cerrado, dentro dos moldes capitalistas do extrativismo dependente da transformação dos bens naturais em mercadorias (Chaveiro, 2019).

A política brasileira pós-constituição de 1988 não só passou a ser regida pelo novo ordenamento jurídico, mas cada vez mais tornou-se determinante do que Delgado (2005) chamou de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada. Tal ajustamento ocorre por conta do alto endividamento público e pela dependência externa, que gera diversas restrições internas e externas. Os "remédios" fornecidos contra o ajustamento constrangido são chamados de ajustes macroeconômicos, mas não produzem relevante efeito prático, prolongando a estagnação econômica do país por mais de vinte anos. Esses ajustes macroeconômicos elegem o setor agrícola como a solução para o endividamento externo, intervenções que aprofundam cada vez mais a concentração e especulação fundiárias. A liberalidade das ações e a inserção da estrutura fundiária ao livre mercado propiciam a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários.

A exigência de que a terra cumpra uma função social, explicitada na constituição de 1988, deveria socializar a sua renda. Mas os mecanismos para que tal exigência seja cumprida não funcionam, ou quando funcionam têm o seu efeito revertido, favorecendo os grandes latifundiários. Delgado (2005) destaca que a desigualdade é uma característica secular da estrutura fundiária brasileira. É uma característica que atravessa todo o período da modernização conservadora e o do ajustamento constrangido. Mais do que uma característica, a desigualdade foi arbitrada pelo Estado em todos esses períodos.

O projeto de desenvolvimento nacional a partir da inserção do Centro-Oeste brasileiro no circuito de exportação de produtos do setor primário, de acordo com Delgado (2005), gerou mais de vinte anos de estagnação. Neste contexto, a economia pendulou em dois períodos de abundância de liquidez internacional intercalados por períodos de fuga de capital. Entre a abundância de crédito e os períodos de menor investimento público há o endividamento e o relançamento, pelas elites, da estratégia de ajuste anterior. O Ministro Delfim Netto foi quem estreou a estratégia de gerar saldos comerciais a partir da exportação de produtos básicos e de agroprocessados. A expansão se deu através do avanço da agricultura mecanizada para o Centro-Oeste brasileiro. A estratégia foi justificada por ser o setor primário aquele que requer menos importações para ser implantado. As consequências desses movimentos impactaram nos preços das propriedades rurais, gerando a expulsão das camadas populares e aumentando a concentração fundiária. Após a crise de 1998 recorreu-se a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) por três vezes consecutivas, sempre repetindo a estratégia de fomentar a exportação de produtos primários. Após essa injeção de capital, o agora autodenominado agronegócio voltou a ser prioridade na agenda.

Pompeia (2021) recolhe fragmentos de declarações de autoridades brasileiras na segunda metade da década de 1990, para desvelar as ideologias por trás do fomento ao agronegócio daquele período. Em 1996, o ministro das relações exteriores declarou

que a exportação de *commodities* passaria a ser a prioridade no país. Um comunicado do Ministério da Agricultura, em 1998, por exemplo, afirmava que o Brasil possuiria "oitenta milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens e por serem explorados, que representam um potencial para aumentar em nove vezes a produção de soja e milho" (Pompeia, 2021, p. 168). Pompeia (2021) destaca que o fundamento do discurso ideológico que coloca o Brasil como um "celeiro" para o mundo carrega a ideia falaciosa de que o território nacional possuiria a infinitude de terras disponíveis para a exploração. Essa ideologia é construída com o silenciamento dos "direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais, bem como a importância de florestas biodiversas" (Pompeia, 2021, p. 168).

A acepção brasileira de agronegócio, de acordo com Delgado (2005), é a associação entre o grande capital internacional e a grande propriedade fundiária. Essa associação promove a captação do investimento público pelo grande capital financeiro. Na nova conjuntura em que o agronegócio voltou a crescer, a partir da segunda metade da década de 1990, puxado pela valorização da exportação, não ocorreu uma expansão da agricultura familiar e da oferta de ocupação para a população rural.

Pompeia (2021) destaca, ao compor um histórico da formação política do agronegócio, o papel da União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985. Essa organização representou os interesses das forças mais conservadoras da estrutura fundiária brasileira. A UDR surge, principalmente, ligada aos setores da pecuária extensiva. A organização teve como intuito inicial frear o Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985. Com o passar dos anos essa entidade atingiu poder de influência com a politização da questão agrária, ganhando adeptos também nos setores mais modernos e produtivos. A UDR tem como estratégia a adoção de um discurso agressivo, tendo como principal mote a defesa da propriedade da terra, defendida como um valor absoluto. Segundo Pompeia (2021), o principal líder da entidade é o atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

Delgado (2005) resume a situação fundiária na primeira metade da década de 2000 como possuindo dois perfis: a manutenção da desigualdade, a despeito de uma legislação que prescreve o cumprimento da função social da terra; e a inação ou obstáculos gerados pela política fundiária que arbitrou a reprodução da desigualdade. Os atores políticos que promovem essa contradição recaem, segundo Delgado, no vício da ilegitimidade.

A inoperância do estado em relação à fiscalização do cumprimento da função social da terra provocou um forte movimento social organizado de ocupação de terras improdutivas para pressionar o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) a atuar na desocupação para reforma agrária. Como reação às ocupações de terras, o governo editou a MP 2027/98, que proibia vistoria em terras ocupadas. A medida visava tornar inviáveis as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento não recuou e, então, ocorreram dois massacres, um em Corumbiara (1995) e outro em Eldorado dos Carajás (1996) (Mesquita, 2001; Delgado, 2005).

Pompeia (2021) faz um balanço dos desdobramentos do processo de modernização da agricultura. Se, por um lado, a modernização da agricultura promoveu um aumento da produtividade agrícola, por outro lado ela ocasionou vários efeitos prejudiciais

para as minorias. Grupos étnicos e populações tradicionais foram desterritorializados e ampliou-se a precarização da vida dos trabalhadores rurais. Essas são as razões, de acordo com Pompeia (2021), para que tal processo ficasse conhecido como modernização conservadora.

Silva (2021) destaca que a modernização conservadora promove a união do arcaico com o moderno na aliança entre o latifúndio monocultor, privilégio das oligarquias tradicionais, e os "latifúndios invisibilizados", noção que o geógrafo utiliza para definir as corporações que controlam os germoplasmas e moléculas patenteadas, bem como o setor de máquinas e implementos agrícolas. Esses produtos tecnológicos, oriundos de matriz tecnológica importada, ignoram as condições socioambientais regionais. Tais monopólios ampliam os custos de produção, o que torna a agricultura seletiva, uma prática acessível apenas às grandes corporações.

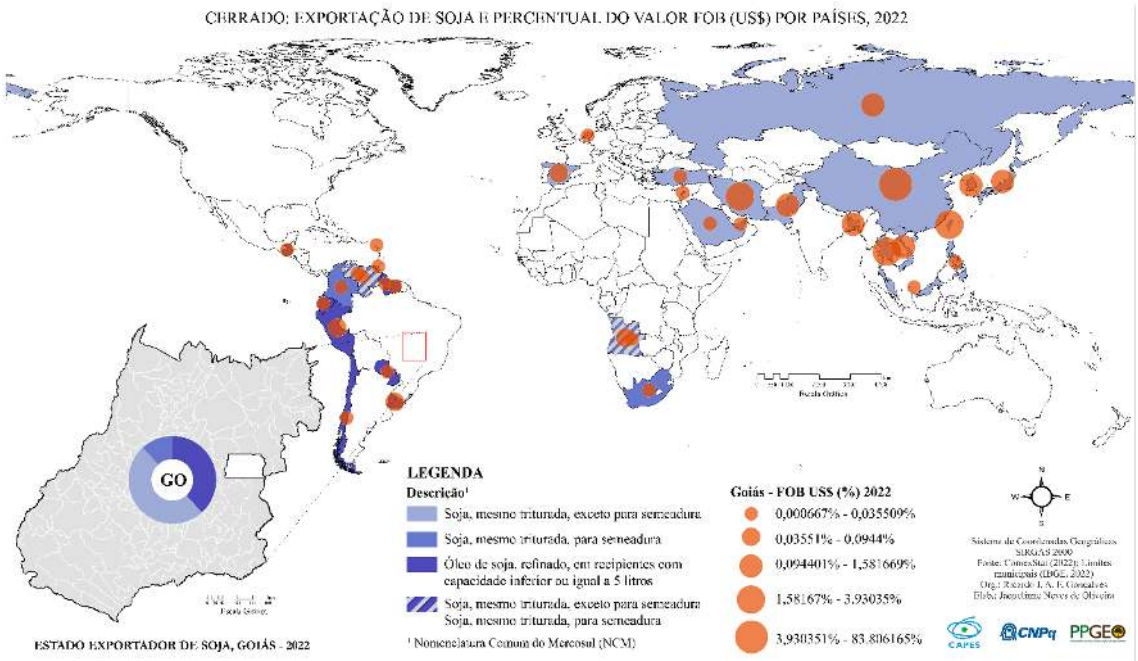
Chaveiro (2019) revela o discurso ideológico que naturalizou a defesa da entrada massiva do capital estrangeiro nos territórios de Cerrado goiano. Havia, destaca o geógrafo, um discurso repetido de que existia a necessidade de ações para arrancar o Cerrado do atraso longínquo. Tal discurso repetido defendia a necessidade de transformar o Cerrado em um cinturão produtivo de geração de bens para exportação; argumentava-se que o Cerrado deveria ser inserido em uma economia agroexportadora.

A repetição desses discursos por veículos acadêmicos e de comunicação produziu o imaginário de que o Sertão era um ambiente de ignorância e atraso, e que havia a necessidade de projetar ideais de futuro, produzir uma sociedade civilizada e moderna. Tal imaginário produziu a justificativa para a adoção das políticas territoriais de cunho liberal. Foi assim que, de acordo com Chaveiro (2019), produziu-se a atmosfera para que, sob o pulso de um Estado autoritário, fosse implantada a modernização conservadora. A região centro-oeste do país passou a ser considerada como uma área de expansão para a fronteira agrícola, um espaço para a implementação do capitalismo no campo (Delgado, 2005; Inocêncio, 2010).

Com a implementação das políticas desenvolvimentistas, investimentos em técnicas e tecnologias da revolução verde, modernização da agricultura (Inocêncio, 2010) e do território (Castilho, 2014), as paisagens do Cerrado foram transformadas em territórios da monocultura em grande escala da produção de grãos, especialmente soja. Surgiram, então, os denominados "mares de soja", noção utilizada em discursos que promovem o avanço do agronegócio em territórios como o Cerrado goiano.

Por consequência, o exemplo do Cerrado goiano é emblemático. Em 2022, o valor das exportações goianas foi de U$S 14,2 bilhões; e apenas a soja representou um valor de U$S 5,9 bilhões, o que significou 42% do total das exportações goianas. Com foco no destino das exportações, o Mapa 1 revela os países que compraram a soja produzida no Cerrado goiano.

Mapa 1 – Destino das exportações da soja produzida no Cerrado goiano



O Mapa 1 ilustra a legenda espacial dos países que importaram a soja produzida no Cerrado goiano em 2022. Destaca-se, nesse sentido, a participação da China. Dos U$S 5,9 bilhões das vendas de soja, U$S 5,1 bilhões resultaram das compras dessas *commodities* pela China. Isso demonstra que o país asiático teve uma participação de 86% no valor das exportações goianas de soja. Outros 32 países compraram soja de Goiás, distribuídos na América Latina, Europa, África e Ásia (ComexStat, 2023; IMB, 2022).

Por conseguinte, constata-se a inserção desigual do Cerrado goiano às redes globais extrativas (Gonçalves; Milanez, 2020) como meio exportador de produtos primários como a soja. Isso ilustra, ainda, que o modelo da economia agroexportadora representado pelo agronegócio não modifica a participação histórica de Goiás na divisão internacional do trabalho. Mantém-se a condição dependente da economia exportadora de produtos primários e semielaborados (a exemplo de ligas de ferro-nióbio e ferro-níquel) que caracteriza territórios situados nas periferias extrativas do sul global. Nota-se que a grande maioria do principal produto exportado pelo Estado de Goiás em 2022 sai do país *in natura*, ou, quando muito, com um processamento incipiente. O Cerrado goiano foi inserido no sistema-mundo da economia global como um território que sacrifica seus bens naturais para extrair matéria-prima para ser beneficiada nos países ricos. Outro indício dessa divisão espacial internacional desigual, evidenciado pelo mapa, é que a maioria dos destinos da exportação da soja goiana está no hemisfério norte, o que reforça a constatação de que há um abismo entre os países do norte global que lucram com o processamento dos produtos vendidos *in natura* pelos países do sul global.

O cercamento do Cerrado goiano (Silva, 2021; Gonçalves, 2023) para a intervenção capitalista deu-se a partir de pactos políticos e operações ideológicas representadas pelo *agribusiness*, pela revolução verde e pela modernização conservadora, expressões da territorialização e do avanço do agronegócio, as metamorfoses do Cerrado a partir da

entrada do capital extrativo em grande escala. Conservaram-se os latifúndios, reproduziram-se as desigualdades sociais, ampliou-se a exploração dos trabalhadores rurais e manteve-se a influência política coronelista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final da segunda guerra mundial, o mundo entrou em uma disputa polarizada entre o bloco capitalista, formado pelos países ricos e imperialistas, e, do outro lado, os países que ousavam criar uma alternativa organizacional socialista. Como contraponto às revoluções comunistas, os atores do capitalismo criaram estratégias para assegurar seu domínio sobre as nações subdesenvolvidas. Em colaboração com empresários interessados nos mercados do terceiro mundo, intelectuais do norte global criaram conceitos com o intuito de convencer os países pobres a aderirem a um sistema de dependência para com as tecnologias forjadas no norte global. O conceito de *Agribusiness* foi uma dessas invenções.

A exportação da ideia de *Agribusiness* foi alavancada com o discurso de uma revolução verde, que seria, em tese, mais eficiente que uma revolução vermelha, que revolucionava pela alteração das estruturas sociais desiguais. A revolução verde penetrou o Brasil em um contexto autoritário em que o poder das oligarquias regionais não foi confrontado. A modernização da agricultura brasileira se dá sob uma roupagem conservadora, que mantém a desigualdade e a concentração fundiária como marca registrada da sua estrutura fundiária.

Os grandes latifúndios, associados ao capital internacional, com o incentivo do Estado, promoveram um sistema de endividamento público a partir da transferência do capital público, adquirido via empréstimo estrangeiro, para as corporações internacionais responsáveis por desenvolver as regiões tidas como atrasadas. Nesse sistema, o capital financeiro lucra duas vezes e a população local fica com a degradação e o sofrimento ambiental.

O Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, em particular o Cerrado goiano, foi negociado pelo estado brasileiro, em diversos contextos desde o período militar, com o capital financeiro, como um espaço vazio a ser ocupado pelas corporações multinacionais. As populações tradicionais cerradeiras foram inseridas, por essas estratégias, em uma disputa territorial desigual e injusta contra os novos invasores, bandeirantes dos séculos XX e XXI.

Enquanto intelectuais situados em uma região historicamente apropriada como periferia extrativa, precisamos estar atentos com a produção acadêmica para deixar de produzir e reproduzir conceitos e tecnologias que favorecem as estratégias de captura dos territórios para satisfação dos interesses dos detentores de privilégios acumulados desde o processo colonial. O sistema-mundo da economia globalizada impõe uma vocação dos territórios que é ideológica e não natural. A fabricação da vocação do Cerrado goiano como produtor de materiais primários, oriundos da agropecuária ou da mineração,

que produz fratura territorial, caracterizada pela degradação ambiental e pelo desordenamento social, é produto ideológico da geopolítica do saber. A geopolítica do saber reproduz a divisão internacional desigual do espaço e do trabalho. Romper com uma lógica econômica que conserva os territórios em uma posição subalterna em relação aos detentores da hegemonia do dinheiro e da palavra perpassa por uma revolução no vocabulário acadêmico. Para atingir esse propósito, precisamos compreender a gênese dos conceitos que produzem na sociedade o efeito de naturalizar as opressões.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa concedida através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina. O segundo autor também agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2). Finalmente, os autores agradecem a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelos recursos concedidos através do Pró-Programas, que vem possibilitando estruturar o Laboratório de Geoprocessamento para Análises Ambientais e Territoriais do Cerrado (LabCerrado).

REFERÊNCIAS

CASTILHO, D. *Modernização territorial em Goiás.* 224f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Por uma abordagem geográfica do Cerrado:* a afirmação de um território, a negação do bioma – Cartas de luta. 2019. Tese (grau de professor titular do Iesa) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel; LIMA, Valdivino. A patologização global da vida e a produção de alimentos: efeitos na sociobiodiversidade do Cerrado. *Estudos Geográficos,* Rio Claro, 17:78-92, jan./jun. 2019.

COMEXSTAT. *Goiás:* exportações, importações e balança comercial. 2022. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis. Acesso em: 12 nov. 2023.

DAVIS, J. business responsibility and the market for farm products. *In:* DAVIS, John H. *Davis Papers Special Colletions.* Beltsville: National Agricultural Library, 1955.

DELGADO, G. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.* Brasília/DF: Ipea, 2005.

GONÇALVES, R J de A. F. *No horizonte, a exaustão:* disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 2016. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás,* v. 9, n. 2, e922018, jul./dez. 2020.

GONÇALVES, R. Jr. A. Extrativismo mineral e o cercamento predatório do subsolo e das águas do Cerrado. *In*: GONÇALVES, R. Jr. A.; SALGADO, T. R.; MARQUES, A. C. de O. (org.). *Dinâmicas territoriais do Cerrado.* Anápolis-GO: Editora UEG, 2023. p. 38-49.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B. A territorialização da Rede Global Extrativa do Nióbio em Goiás, Brasil. ***Ateliê Geográfico (UFG),*** v. 14, p. 142-162, 2020.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária,* ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HARVEY, D. *O enigma do capital:* e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São PauloSP: Boitempo, 2011.

IMB – Instituto Mauro Borges. *Goiás em Dados 2021*. Goiânia-GO: Segplan, 2022.

INOCÊNCIO, M. E. *O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.* 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, 2010.

INOCÊNCIO, M. E. *As políticas públicas para a agricultura e a incorporação do Cerrado – o Prodecer.* Goiânia/GO, Mimeo, 2006.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Clacso, 2005.

MENDONÇA, Maria L. R. F. *Modo capitalista de produção e agricultura:* a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MESQUITA, Helena A. de. *Corumbiara:* o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), 2001.

MILANEZ, Bruno et al. A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS,* 2(2), 1-43, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco; GOLDFARB, Y. *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. Friedrich-Ebert-Stiftung – Agronegócio: um negócio global, 2021.

PESSÔA, V. L. S. *Ação do Estado no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG.* 1988. 238 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PIRES, M. J de S.; RAMOS, P. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *REN,* v. 40, n. 3, 2009.

POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio.* São Paulo: Elefante, 2021.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente:* perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Edson Batista da. *Camponeses:* cercados e a contrapelo. Curitiba: CRV, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios:* uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil.* Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Do** *Boom* **ao Pós-***Boom* **das** *commodities***: o comportamento do setor mineral no Brasil**. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS,* vol. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis F.; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE,* v. 16. n. 29, p. 555-599, 2020.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

EDUARDO FERRAZ FRANCO – Doutor em Geografia. Bolsista pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

E-mail: eferrazfranco@hotmail.com

RICARDO ASSIS GONÇALVES – Professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (PQ-2).

E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br